

TRÊS LAGOAS

Obra da fábrica da Petrobras não tem data prevista para retomada

Informações estariam em notas divulgadas na madrugada de ontem no balanço da estatal

AGÊNCIA ESTADO

Com obras paradas desde dezembro do ano passado, a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN III), em Três Lagoas (MS), não tem prazo para ser concluída. A informação, da Agência Estado, estaria em notas divulgadas na madrugada de ontem pela Petrobras. De acordo com o jornal, também seguem com tempo indeterminado para conclusão a refinaria Abreu e Lima e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

“Na quarta-feira (22) ao citar a exclusão da Rnest e do Comperj do teste de impairment, a Petrobras alegou que os projetos foram postergados ‘por extenso período’”, informou o jornal.

As obras da fábrica estão paradas desde dezembro. A Petrobras chegou a comunicar, no início deste ano, que a construção seria retomada, mas não havia definido data. No entanto, conforme a nota, citada em matéria da Agência Estado, a empresa decidiu rever o cronograma. “Posteriormente a esta paralisação, a companhia optou por reavaliar seu cronograma de implantação, postergando as ações necessárias à contratação de nova empresa para execução do escopo remanescente, enquanto perdurarem as medidas de preservação da caixa”, infor-



BRUNO HENRIQUE/ARQUIVO

PARALISADA. Obra da fábrica de fertilizantes está paralisada desde novembro do ano passado e não tem previsão para ser reativada

mou a Petrobras, de acordo com a Agência Estado. A reportagem do **Correio do Estado** procurou a Petrobras, que respondeu, via assessoria de imprensa, que não haveria nenhuma nota com referência às obras da UFN III.

IMPACTOS NA CIDADE
Com investimento de R\$ 3 bilhões, a fábrica em Três Lago-

as iria produzir, anualmente, 1,2 milhão de toneladas de ureia e 700 mil toneladas de amônia. Esses números deram lugar a outros, igualmente expressivos, mas decorrentes da série de problemas que marcaram o contrato com a chinesa Sinopec e pela Galvão Engenharia, investigada na operação Lava Jato. A obra paralisada deixou

rastros de prejuízos expressivos no município sul-matogrossense. A dívida com os fornecedores e prestadores de serviços somam R\$ 36 milhões, o índice de inadimplência atingiu níveis recordes, houve desemprego em massa e empresários endividados tiveram de vender bens para amenizar as contas. As demissões realizadas

pela UFN3 e pelas empresas que prestaram serviços e forneceram produtos ao consórcio fizeram de Três Lagoas uma cidade de desempregados. Com saldo negativo de 7.547 empregos, o município fechou 2014 com o segundo pior desempenho do País, de acordo com o Cadastro Geral de Desempregados e Empregados (Caged), do Ministério

3 BI

DE REAIS
Era o investimento para a fábrica de fertilizantes nitrogenados da Petrobras em Três Lagoas. A estimativa de produção era de 1,2 milhão de toneladas de ureia por ano

do Trabalho e Emprego (MTE). O resultado de 2014 é o menor contabilizado por Três Lagoas em toda a série histórica do Caged, iniciada em 2003. Em comparação aos demais municípios brasileiros, só superou o de Ipojuca (-22.382), uma cidade com 89,6 mil habitantes, no litoral pernambucano. A redução do poder de compra, provocado pelo avanço do desemprego, desembocou em inadimplência recorde no comércio de Três Lagoas. Em 2014, as dívidas registradas no Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) somaram R\$ 6,515 milhões, valor 85% maior que o de 2013, de R\$ 3,508 milhões.

AJUSTE FISCAL

Criticada, Dilma define hoje investimentos com os ministros

FOLHAPRESS

Incomodada com as críticas de que seu governo só fala em ajuste fiscal, a presidente Dilma Rousseff convocou reunião ministerial hoje para definir uma carteira de concessões prioritárias para este ano e seu modelo de financiamento. A ideia, segundo um assessor presidencial, é tratar do “segundo momento” do governo, acelerando a implementação de medidas que venham a garantir a retomada do crescimento da economia

no segundo semestre depois de feito o ajuste fiscal. Ao todo, foram convocados 26 auxiliares da presidente, entre ministros, presidentes de bancos públicos e técnicos, que devem ficar reunidos durante todo o sábado, a princípio na Granja do Torto, uma das residências oficiais da Presidência. Dilma tem recebido críticas pelo empresariado de estar presa à discussão das medidas do ajuste fiscal, que ainda não foram aprovadas no Congresso, deixando de lado a agenda de investimentos do País em

um momento de forte retração econômica. A reunião deste sábado será comandada pelos ministros Nelson Barbosa (Planejamento) e Joaquim Levy (Fazenda). O primeiro vai detalhar os projetos de concessão para o setor privado que podem deslanchar neste ano e no início do próximo, como aeroportos, rodovias, portos e hidrovias. O segundo vai discutir o novo modelo de financiamento das concessões, diante da decisão de reduzir o papel do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômi-

co e Social) nesses projetos. **MENOS BNDES** Joaquim Levy deseja definir um modelo em que o setor privado participe do financiamento desses projetos, o que levará à adoção de regras mais atrativas nos leilões de concessões. O governo elaborou uma carteira de investimentos de pelo menos R\$ 150 bilhões ao longo dos próximos cinco anos em transportes, mas sabe que a maior parte dos projetos ainda não está pronta para ser iniciada

concretamente neste ano. A intenção da presidente, na reunião, é tentar acelerar o que for possível para que o País volte a crescer, de fato, em 2016. Neste ano, o Brasil vai registrar recessão. As previsões vão de uma retração de 1% a até 2% em 2015. Na carteira, o que está mais próximo de ser colocado em disputa são mais três aeroportos da Infraero e trechos de rodovias no Paraná, a partir da BR-476. A carteira de investimentos do governo traz projetos em rodovias, aeroportos,

portos, hidrovias e ferrovias. Estarão na reunião, ainda, o ministro Aloizio Mercadante (Casa Civil) e todos da área de infraestrutura, como Eduardo Braga (Minas e Energia), Antonio Carlos Rodrigues (Transportes), Eliseu Padilha (Aviação Civil), Edinho Araújo (Portos) e Ricardo Berzoini (Comunicações). Foram convocados ainda os presidentes do BNDES, Luciano Coutinho, do Banco do Brasil, Alexandre Abreu, e da Caixa, Miriam Belchior.

INDICADORES

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 24 de abril de 2015

CÂMBIO

Em R\$

Moeda	Compra	Venda
DÓLAR COMERCIAL	2,953	2,955
DÓLAR TURISMO (BB)	2,870	3,050
DÓLAR PARALELO	2,86	3,16

INFLAÇÃO

Fonte: FOLHA

Em % ao mês. IGP2, IGP1, IPA1, IPC1, respectivamente

ÍNDICES	DEZ	JAN	FEV	MAR	12M.
IPCA do IBGE (%)	0,78	1,24	1,22	1,32	-
IPCA Esp. IBGE (%)	-	-	-	-	-
INPC/IBGE (%)	0,62	1,48	1,16	1,51	-
IGP-M/FGV (%)	0,62	0,76	0,27	0,98	-
IGP-DVEGV (%)	0,38	0,67	0,53	1,21	-
ICP-Fipe (%)	0,30	1,62	1,22	0,70	-
CUR - Sinduscon (%)	-	-	-	-	-
IPC (C. GDP) (%)	0,44	1,78	-	-	6,88

CUB – Custo Unitário Básico; ICV – Índice do Custo de Vida; INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor; IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; ICVM – Índice do Custo de Vida da Classe Média da Ordem dos Economistas; IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo; IGP – Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas; IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas; FIPE – Índice de Preços do Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; INCC – Índice Nacional do Custo da Construção.

3387-8884 - Sinduscon

PISO RURAL		
2015		
R\$ 855		
POUPANÇA		
ABRIL	A	MAIO NOVA POUPANÇA
(Dep. feitos até 03/05/12)		(Dep. feitos a partir de 04/05/12)
13/4 = 0,6050		JANEIRO
14/4 = 0,6023		13/4 = 0,6050
15/4 = 0,6266		14/4 = 0,6023
16/4 = 0,6469		15/4 = 0,6266
17/4 = 0,6427		16/4 = 0,6469
18/4 = 0,6409		17/4 = 0,6427
19/4 = 0,6150		18/4 = 0,6409
20/4 = 0,6064		19/4 = 0,6150
21/4 = 0,6018		20/4 = 0,6064
22/4 = 0,6018		21/4 = 0,6018
23/4 = 0,6317		22/4 = 0,6018
24/4 = 0,6111		23/4 = 0,6317
25/4 = 0,6310		24/4 = 0,6111
26/4 = 0,6296		25/4 = 0,6310
27/4 = 0,5430		26/4 = 0,6296
28/4 = 0,5655		27/4 = 0,5430
29/4 = 0,6079		28/4 = 0,5655
30/4 = 0,6079		29/4 = 0,6079
1/5 = 0,6079		30/4 = 0,6079
2/5 = 0,5724		

3/5 = 0,5444	1/5 = 0,6079
4/5 = 0,5444	2/5 = 0,5724
5/5 = 0,5792	3/5 = 0,5444
6/5 = 0,6111	4/5 = 0,5444
7/5 = 0,6097	5/5 = 0,5792
8/5 = 0,6291	6/5 = 0,6111
9/5 = 0,6066	7/5 = 0,6097
10/5 = 0,5713	8/5 = 0,6291
11/5 = 0,5443	9/5 = 0,6066
12/5 = 0,5790	10/5 = 0,5713
13/5 = 0,6121	11/5 = 0,5443
	12/5 = 0,5790
	13/5 = 0,6121
UNIDADES FISCAIS	
Em R\$	
UFERMS (Março/15)	20,91
UAM/MS (Março)	3,0339
UFIR (Out. 00)	1,0641
ALUGUEL	
Reajustes de aluguel e outros contratos	
Acumulado % até julho(*) _____ até agosto(*)	
Índices Trim. Quad. Sem. Anual. Trim. Quad. Sem. Anual	
FPE 0,45 0,99 2,27 5,38 0,54 0,79 2,08 5,49	
IGP-DI -1,63 -1,19 1,13 5,05 -1,12 -1,57 0,34 4,63	
IGP-M -1,48 -0,70 1,34 5,32 -1,61 -1,74 0,68 4,89	
INPC 0,99 1,78 3,27 6,33 0,57 1,17 2,80 6,35	
*Acumulado até julho reajusta aluguéis e contratos a partir de agosto, para pagamento em setembro; acumulado até agosto reajusta a partir de setembro, para pagamento em outubro.	

AGROPECUÁRIO		
Fechamento: 24 de abril de 2015		
Grãos	Compra	Venda
Milho (60 kg)	19,00	19,00
Soja (60 kg)	52,00	53,00
Algodão (arroba)	20,00	20,00
Suíno vivo	Mínimo	Máximo
Kg	3,40	3,50
Frango	Mínimo	Máximo
Kg/granja	4,19	4,69
Bovinos	Mínimo	Máximo
Arroba à vista		
Boi Gordo	s/inf	s/inf
Boi Gordo Rastreado	143,00	143,00
Vaca Gorda	s/inf	s/inf
Vaca Gorda Rastreada	133,00	133,00
Leite C ao produtor	Mínimo	Máximo
Litro bruto	0,81	0,81
Fontes: Ceasa - www.ceasa.ms.gov.br - conselheiro		
Preços ao produtor – Campo Grande, MS (em reais, FOB, IMCS Excluído)		

INSS	
Contribuição à Previdência Social	
Fevereiro/2015	
Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de janeiro de 2015.	
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.399,12	8
De 1.399,13 até 2.331,88	9
De 2.331,89 até 4.663,75	11
Portaria interministerial MP5/MF nº 13, de 09 de janeiro de 2015.	
Tabela de contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativo.	
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
788,00	5*
788,00	11**
788,00 até 4.663,75	20
* Alíquota exclusiva do microempreendedor individual e do segurado (o) facultativo o que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência – Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011 - DOU de 01/09/2011	
** Plano simplificado – Lei complementar 123, de 14/12/2006.	

OURO	
Grama - BM&F	
R\$ 112,00	
VARIACÃO -2,0893%	
SALÁRIO MÍNIMO	
Janeiro/2015	
R\$ 788	
IMPOSTO DE RENDA	
Tabela oficial da Receita Federal	
Março	
Rendimento em (R\$)	Alíquota (%) Parcela a deduzir (R\$)
Até 1.787,77	Isento
de 1.787,78	
até 2.679,29	7,5
de 2.679,30	
até 3.572,43	15
de 3.572,44	
até 4.463,81	22,5
Acima de 4.463,81	27,5
Obs.: Deduções: a) Trabalhador assalariado: 1 - R\$ 179,71 por dependente; 2 - pensão alimentícia paga por acordo judicial ou por escritura pública; 3 - contribuição à Previdência Social; 4 - R\$ 1.787,77 (por aposentadoria a quem já completou 65 anos de idade); 5 - contribuições pela previdência e p/ os Fapi pelo contribuinte; b) Carnê-leão, as mencionadas nos itens 1 a 3 as despesas escrituradas no livro caixa. Juros da 5ª parcela do IRPF/2014: 3,64%. Vencimento: 29/08.	